

# INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

## ASPECTOS MILITARES

Francisco Eduardo Alves de Almeida\*

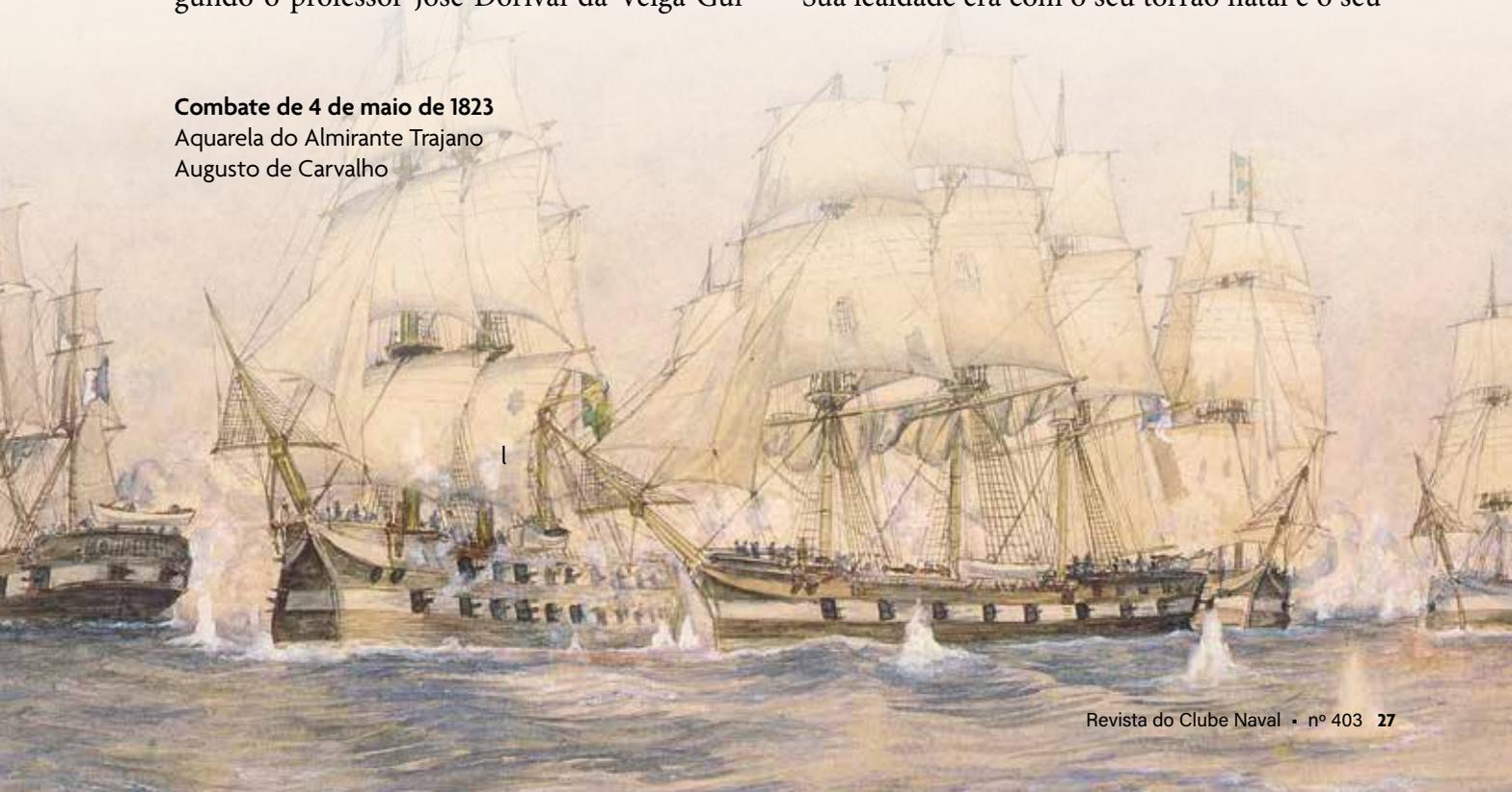
**N**este ano comemora-se os duzentos anos da Independência do Brasil, evento marcante da nacionalidade brasileira. O dia 7 de setembro marcou o início de um processo histórico que culminou na separação definitiva do Brasil de Portugal. Criava-se assim um novo Estado monárquico de origem portuguesa encravado naquela distante América do Sul, circundado por repúblicas belicosas de cultura e tradição espanholas. O que efetivamente Dom Pedro criou naquele dia foi um novo Estado e não uma Nação.

Os elementos que constituem um Estado são o povo, o território e seu aparelho de poder. Segundo o professor José Dorival da Veiga Gui-

marães, o Estado difere da Nação que corresponderia a um conjunto homogêneo de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de sangue, idioma, religião, cultura e ideais. Como se percebia o habitante daquele Brasil meses antes da declaração de independência? Carlos Fino, em uma bela tese de doutorado defendida na Universidade do Minho e Universidade de Brasília, argumentou que a nacionalidade brasileira inexistia em 1822. Se perguntado ao nativo como ele se definia naquela colônia de Portugal, certamente ele diria que era pernambucano, nascido em Recife e súdito da Coroa portuguesa. Em momento algum diria ser brasileiro. Sua lealdade era com o seu torrão natal e o seu

### Combate de 4 de maio de 1823

Aquarela do Almirante Trajano  
Augusto de Carvalho





**A Batalha de Pirajá, marco na chamada Independência da Bahia**  
Mural de Carybé

rei. O próprio conceito de nacionalidade teve o seu início com a Revolução Francesa quando se criou o conceito de “cidadão” não mais ligando sua lealdade ao monarca, mas sim a um Estado-Nação, uma entidade política de cariz psicológico-social. Não à toa os revolucionários franceses criaram a Marianne, uma idealização daquela república jovem, bela e generosa que “protegeria” todos os cidadãos, como um traço de união espiritual do povo com a Nação.

Assim pode-se afirmar que não existiam “brasileiros nacionais” em 1822, mas sim súditos do Rei de Portugal, muitos ligados por sangue aos portugueses com vínculos parentais. O “ser brasileiro” foi um processo relativamente longo. As revoltas regenciais ocorridas logo depois do processo independentista foram bem mais sangrentas que a Guerra da Independência e ainda apontavam para interesses locais, alguns até de cunho republicano. Segundo percebo, o “ser brasileiro” teve o seu início na Guerra da Tríplice Aliança em 1864 quando paulistas, gaúchos, mineiros e habitantes oriundos de outras províncias se viram juntos lutando contra um inimigo comum, Solano Lopez, em prol do Estado e da Nação brasileira. Antes imperava o regionalismo e os interesses locais provinciais em detrimento dos interesses “nacionais”. Dentro dessa visão é que teremos que observar a Guerra da Independência, a criação de um novo Estado e o início do povo nativo se transformando em povo “brasileiro”. A Guerra da Independência dessa maneira para Sergio Buarque de Holanda nada mais foi que “um simples episódio de

uma guerra civil de portugueses iniciada em 1820 com a revolução liberal do Porto”. Talvez por essa razão o nível de violência do processo de independência tenha sido menor que os processos nos Estados Unidos da América, na Argentina e na Venezuela/Colômbia.

Dentro dessa perspectiva e com o propósito de consolidar o novo Império do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, com sua larga visão estratégica, percebeu que era fundamental o controle do mar para impedir o reforço de tropas portuguesas vindas da metrópole, apoiar com fogo naval os desdobramentos em terra, bloquear os portos controlados pelo inimigo e transportar tropas leais, principalmente da Corte, para os locais onde houvesse resistência ao processo de independência, a Cisplatina, o Pará, o Maranhão/Piauí e, em especial, a Bahia onde se localizava o maior contingente português no Brasil sob o comando do General Madeira de Melo. Por este motivo, no processo de independência o papel da Marinha foi primordial. Sem ela não haveria o Brasil que conhecemos hoje e, por certo, as províncias do Norte se manteriam ligadas a Portugal. Bonifácio tinha que criar uma esquadra a partir do nada.

Três aspectos foram por ele abordados. O primeiro foi a questão dos meios de combate que foram arregimentados, apresando navios portugueses no Brasil, reparando outros navios lusitanos avariados, comprando navios no ex-

terior com subscrição popular, doação pessoal de Dom Pedro e de outros envolvidos na independência. Quanto aos recursos, foram obtidos empréstimos internos e externos para as compras apontadas e, por fim, a arregimentação de portugueses aderentes, a inserção de poucos nativos em condições de combate e, a mais importante, a contratação de estrangeiros, a maioria de britânicos disponível no mercado em razão do fim das guerras napoleônicas. Dessa maneira montou-se uma força naval composta de uma nau, quatro fragatas, três corvetas, nove brigue e doze escunas com um total de 4.065 homens embarcados e 449 canhões.

Durante a campanha da independência ocorreram três batalhas ou combates significativos. O primeiro, a célebre Batalha de Pirajá ocorrida em 8 de novembro de 1822 que constituiu-se em um marco na chamada independência da Bahia. Esse combate envolveu cerca de cinco mil beligerantes nos dois lados, sendo as forças portuguesas comandadas pelo General Madeira de Melo, enquanto as tropas imperiais foram comandadas pelo General francês Pierre Labatut, contratado por Dom Pedro, com larga experiência nas guerras napoleônicas e nas campanhas na América espanhola.

Um fato inusitado sempre lembrado foi quando o Major Barros Falcão, subordinado de Labatut, ordenou ao corneteiro Luís Lopes o toque de retirada para sua força muito combatida pelo ataque lusitano. Por sua própria conta, Lopes tocou “cavalaria avançar e degolar” o que fez com que os portugueses entrassem em pânico e recuassem, imaginando uma carga robusta de uma cavalaria que era no fundo inexistente. Essa ação fez com que a vitória fosse de Labatut. Não se tem ideia do número de mortes nessa batalha. Inácio Acioli de Cerqueira e Silva supõe em 85 mortes sendo dessas, oitenta de lusitanos. Outros imaginam um número maior de mortos, talvez duzentos. Seja como for, ela foi importante naquele momento

inicial do processo emancipatório.

Um segundo combate pouco comentado na historiografia nacional foi a Batalha de Jenipapo, ocorrida na Vila de Campo Maior no Piauí em 13 de março de 1823. Nesse combate foram envolvidos dois mil combatentes piauienses sob o comando de Luiz Rodrigues Chaves, Leonardo Castelo Branco e Francisco Inácio da Costa confrontando 1.500 soldados portugueses sob o comando do Major Fidié, experimentado soldado que participara da campanha da Península nas guerras napoleônicas. A vitória portuguesa foi total e as tropas locais tiveram muitos mortos quando comparadas às lusitanas. Presume-se mais de duzentos mortos nordestinos contra apenas vinte portugueses. Muitos caíram prisioneiros de Fidié. Trata-se de um combate que teve grande significação para o futuro estado do Piauí, tanto que a data da batalha consta de sua bandeira logo abaixo da estrela encimada à esquerda no pavilhão.

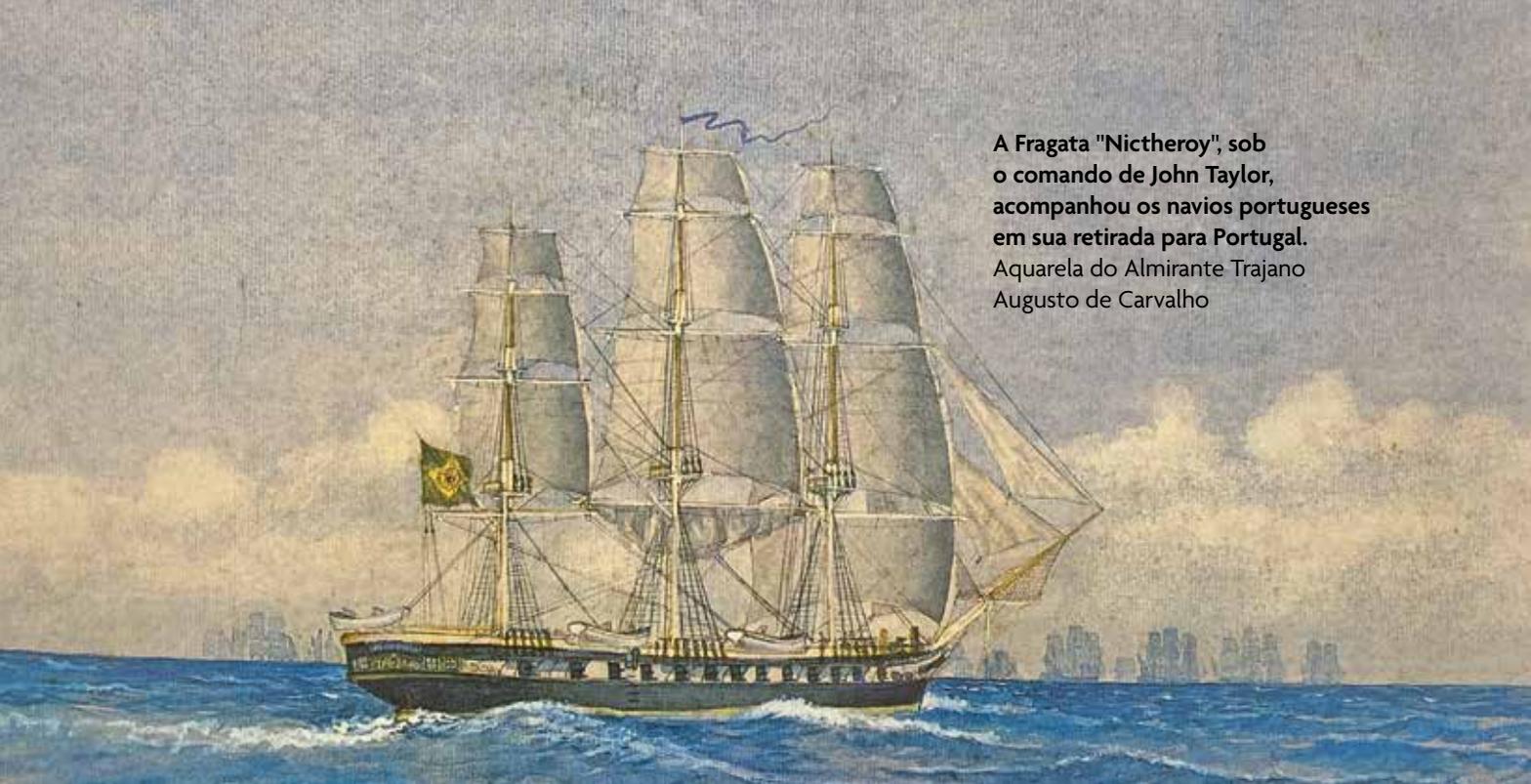
Por fim, o último combate de relevância foi naval, o combate de 4 de maio de 1823 quando uma força naval de sete navios imperiais sob o comando de Lorde Thomas Cochrane, combatente escocês contratado por Dom Pedro, se defrontou em frente a Salvador contra uma esquadra portuguesa comandada pelo Almirante Felix de Campos. Cochrane no início do confronto utilizou a mesma tática usada por Nelson em Trafalgar, o rompimento do centro da

formatura de Felix de Campos. Em princípio obteve sucesso, no entanto ao recarregar a munição para outra bordada contra os navios inimigos, os portugueses aderentes se negaram a atirar contra os seus patrícios, o que obrigou Cochrane a se retirar do combate. Essa ação pode ser considerada inconclusiva pois embora os

lusitanos tenham conseguido afastar os navios imperiais, ao final Cochrane voltou de Morro de São Paulo, próximo de Salvador e bloqueou esse porto. Não se tem certeza do número de mortos nesse combate. Atrevo-me a considerar um máximo de quinze mortos em ambos os lados.



**Lorde Thomas Cochrane, combatente escocês contratado por Dom Pedro I para comandar a Marinha brasileira**



A Fragata "Nichteroy", sob o comando de John Taylor, acompanhou os navios portugueses em sua retirada para Portugal. Aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho

Embora inconclusivo, esse combate demonstrou a impossibilidade de manutenção da tropa portuguesa na Bahia e a sua retirada para Portugal foi inevitável. No dia 2 de julho de 1823, os navios portugueses se retiraram do Brasil definitivamente, acompanhados pela Fragata "Nichteroy" sob o comando do destemido John Taylor.

Um incidente muito discutido na historiografia naval foi a questão do Brigue "Palhaço", em Belém do Pará. John Grenfell, subordinado de Cochrane, recebeu a incumbência de suprimir a revolta no Pará que insistia em se manter unido a Portugal. Para lá se dirigiu e, depois de idas e vindas, conseguiu controlar a insurreição, depois de muitos fuzilamentos e execuções. Duzentos e cinquenta presos foram recolhidos ao porão do Brigue "Palhaço", porém, em razão da falta de ar nesse compartimento, todos morreram sufocados só sobrevivendo um revoltoso. Pode-se considerar como um ato cruel de difícil entendimento. Qualquer guerra sempre apresenta atos cruéis. Grenfell acabou sendo levado à Corte Marcial porém foi inocentado, em razão das próprias condições bárbaras do conflito de difícil controle e de sua bela ficha progressa no serviço do Império.

Um dos aspectos mais polêmicos e problemáticos na discussão dos duzentos anos da independência tem sido o papel de Thomas Cochrane e sua importância para a criação da Marinha Imperial. Como historiador com formação acadêmica e oficial de Marinha labu-

tando na área de ensino desde 2007 na Escola de Guerra Naval tenho algumas questões que trago à consideração dos leitores. Os detratores de Cochrane o chamam de mercenário, de interessado apenas em dinheiro e desonesto em razão do desfalque na Bolsa de Londres. Nada mencionam de sua liderança em combate, capacidade de organização, de sua lealdade às tripulações não se importando se elas fossem britânicas, norte-americanas ou nativas, de sua exposição ao perigo, de seu destemor e, o mais importante, de sua fidelidade ao compromisso de defender o Império do Brasil. Vamos analisar cada crítica sob o ponto de vista histórico e historiográfico.

O conceito de "mercenário" nos séculos 18 e 19 é totalmente diferente do que é hoje. Hoje percebemos um mercenário como um soldado da fortuna, inescrupuloso e sedento por sangue ao sabor de quem lhe pague melhor e mais rápido. Nos séculos precedentes não era essa a percepção de "mercenário". Cochrane fora contratado para realizar uma tarefa totalmente lícita, reconhecida pelas leis vigentes, expondo sua vida para organizar uma Marinha em um país que estava sendo criado. Não podemos esquecer que o nacionalismo como entendemos hoje não existia ainda no Brasil. Ele era um profissional contratado para um trabalho. Era conhecido e reverenciado na Corte Imperial e pelo Imperador. Recebia dinheiro por seu trabalho? Sim, recebia. Na Marinha britânica se um oficial ou praça não recebesse um salário ele

automaticamente se recusava a combater, daí a instituição do *'half pay'* para oficiais, que era o compromisso de se manter ligado à Marinha pelo pagamento de metade do soldo enquanto afastado. Assim o “mercenarismo”, ou aquilo que quiserem chamar, tem outra conotação naquele tempo. Não podemos nos esquecer que Grenfell perdeu um braço em combate e Sheperd morreu em ação em Carmem de Patagones. Ambos eram “mercenários”.

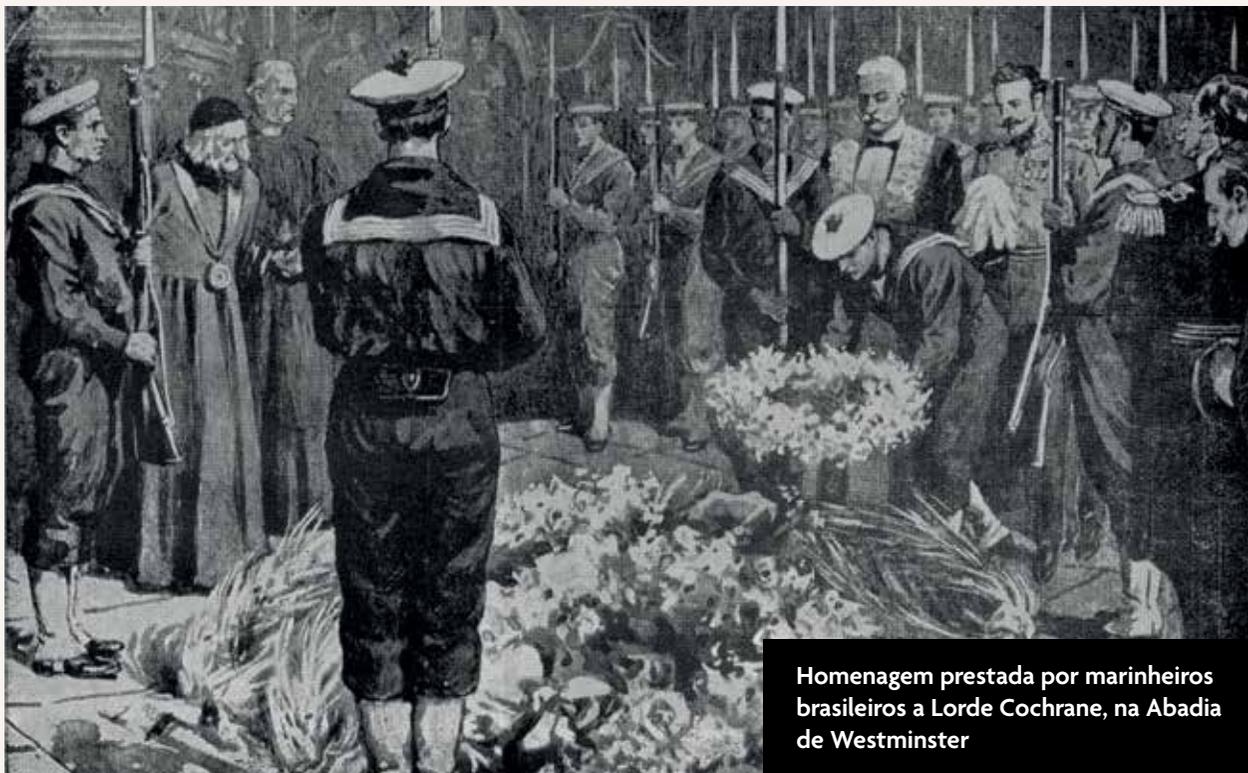
Outra alegação era que ele só pensava em dinheiro e nos navios-presa que conquistava. Isso é verdade, não nego. Nelson também era assim. Por sua vitória no Nilo e os navios destruídos ou capturados, Nelson recebeu de presas o total de 2.358 libras, uma fortuna na época, quantia que fez questão de receber. Era o preço pelo seu serviço pelo Rei Jorge III. O historiador britânico John Sugden, em sua bela biografia de Nelson, apontou que “naqueles dias o valor das presas capturadas, uma vez consideradas legítimas pelos tribunais de presas, era distribuído entre os seus captores como incentivos ao dever, e Nelson, como qualquer oficial de Marinha, ansiava suplementar seu modesto salário pelo dinheiro das presas”.

Cochrane era da escola de Nelson. Na Armada britânica, assim como em quase todas as Marinhas de destaque da época, existiam os chamados Tribunais de Presas que eram cons-



**Lápide do túmulo de Cochrane onde está gravado, em inglês:**

*Aqui repousa, no seu 85º ano, Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald, Barão Cochrane de Dundonald, de Paisley e de Ochiltree, par da Escócia, Marquês do Maranhão, no Império do Brasil, G.C.B. e Almirante de Esquadra. O qual, pela confiança que seu gênio, sua ciência e seu extraordinário destemor, inspirados por suas heróicas façanhas na causa da liberdade e seus esplêndidos serviços, tanto para seu país, como para a Grécia, o Brasil, o Chile e o Perú, conquistou um nome ilustre através do mundo, pela coragem, patriotismo e cavalheirismo. Nascido em 14-12-1775 Falecido em 31-10-1860*



**Homenagem prestada por marinheiros brasileiros a Lorde Cochrane, na Abadia de Westminster**

tituídos para julgar se a presa era legal e, sendo assim, considerava-se vender tanto o navio como a carga. Esses valores eram divididos da seguinte forma pela tripulação captora da presa: pela lei de 1808 da Royal Navy, o comandante do navio recebia 1/4 (podia ser dividido com o almirante comandante), os tenentes 1/8, os suboficiais 1/8 e a guarnição 1/2 do valor geral da captura. Isso era legal e obrigatório. Assim, os bons comandantes de navios apresadores não tinham problema de voluntariado. Todos queriam sua parte no butim de capturas. Cochrane não tinha nenhuma dificuldade em guarnecer os seus navios pois era muito eficiente em capturas. Dessa maneira, o contrato com Dom Pedro estabelecia a questão das presas como fundamentais. E ele assim acreditou durante a guerra. Capturou muitos navios portugueses. Entretanto, quando essas presas eram submetidas a um Tribunal de Presas composto de portugueses, esses alegavam irregularidades na captura chegando ao ponto de querer processá-lo com pena pecuniária. Isso irritava não só a Cochrane, mas as tripulações que o pressionavam. O contrato não estava sendo cumprido pelo Imperador. O ponto crítico ocorreu no Maranhão quando, premido pelas tripulações, resolveu se apropriar dos recursos da Junta maranhense e distribuir esses recursos entre seus subordinados. Assim, desgostoso com o tratamento a ele dispensado, retornou à Inglaterra na Fragata “Piranga”, que depois foi devolvida ao Brasil. Em respeito ao Brasil, ao chegar em Portsmouth manteve o pavilhão imperial içado na “Piranga”. Após a sua morte, o governo brasileiro reconheceu que ele tinha razão e pagou a seus herdeiros 260 contos de réis a título de indenização, o valor correspondente à dívida imperial.

Por fim, a questão da fraude na Bolsa de Valores de Londres. O historiador Donald Thomas, na melhor biografia já escrita em língua inglesa sobre Cochrane, indicou por meio de documentação primária original que houve um conluio do tribunal que o julgou com almirantes desafetos de Cochrane com o objetivo de condená-lo. O juiz do processo foi Lorde Ellenborough, que era amigo de St. Vincent, e Lorde Gambier, inimigos declarados de Cochrane. Em verdade, seu tio é que esteve à frente na fraude, porém, por ingenuidade ou até inabilidade, Cochrane veio a perder o processo tendo sido preso e obrigado a pagar uma indenização pelos danos provocados na Bolsa de Valores. Para Donald Thomas, Cochrane foi condenado injustamente. Talvez no futuro possamos, como uma Marinha deve-

dora de seus serviços, prestar uma homenagem à altura da importância de Cochrane. A Marinha chilena anualmente comparece em maio ao túmulo do almirante em Westminster para apor uma coroa de flores em seu túmulo como uma justa homenagem a seu fundador. Existe uma fragata na Armada chilena com o nome de “Cochrane”. Na Marinha Real britânica já existiu navio com o nome “Cochrane” (um cruzador couraçado) assim como uma instalação naval de apoio logístico com o seu nome.

A Guerra da Independência transcorreu por um espaço de pouco mais de dois anos. Neste ano completamos duzentos anos desde aquele memorável 1822. Como historiador e oficial de Marinha não faço previsões sobre o futuro. Desejo apenas que possamos desfrutar de mais duzentos anos de sucesso na trajetória dessa jovem Nação brasileira com paz, prosperidade e com sentido de grandeza nas suas aspirações, estudando sempre o passado com o olho no futuro. Como dizia o grande historiador alemão Johann Gustav Droysen “a partir das finalidades humanas, do fervor ou da paixão com a qual se vive, a história constitui suas forças impulsoras, seus atrativos e seus efeitos sobre as massas”. ■

#### REFERÊNCIAS

- DONATO, Hernani. Dicionário de Batalhas Brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1987.
- DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FINO, Carlos. Portugal-Brasil. Raizes do Estranhamento. Lisboa: Lisbon International Press, 2021.
- GUIMARÃES, José Dorival da Veiga. Ciência Política. Princípios fundamentais do Estado. São Paulo: Edipro, 2000.
- MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- PEREIRA, José Rodrigues. Campanhas Navais 1807-1823. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SILVA, Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. T2. Florianópolis: Biblioteca Digital de Literatura de Língua Portuguesa, UFSC. 1835.
- SUGDEN, John. Nelson a dream of glory. London: Ramdon House, 2004.
- THOMAS, Donald. Cochrane, britannia sea Wolf. London: Wellington House, 1999.
- VALE, Brain. A criação da Marinha Imperial In: GUEDES, Max Justo. História Naval Brasileira. V3, T1. Rio de Janeiro: SDM, 2002.
- VINCENT, Edgar. Nelson. Love and Fame. Reading, UK: Yale University Press, 2003.

---

\* Capitão de Mar e Guerra (Ref<sup>o</sup>)